

Sumário

Parte 1

Constitucionalismo e Teoria da Constituição

Particularidades Históricas e Normativas das

Cartas Constitucionais Brasileiras 3

Luigi Bonizzato

1. Antecedentes históricos à Constituição de 1824 3
2. A Carta Outorgada de 1824 10
3. A Constituição Republicana de 1891 12
4. A Constituição de 1934 19
5. A Carta de 1937 22
6. A Constituição de 1946 25
7. A Constituição de 1967 28
8. A Emenda Constitucional nº 01/69 ou Constituição de 1969 29
9. A Constituição de 1988 32
10. Bibliografia 35

A Teoria das Normas Constitucionais Revisitada 39

José Carlos Vasconcellos dos Reis

1. Considerações Introdutórias 39
2. Apontamentos sobre o conceito de norma jurídica. 42
3. Princípios e regras. Distinções tradicionais e a crítica necessária 48
 - 3.1. Princípios e regras como espécies de norma 48
 - 3.2. Análise crítica dos principais critérios distintivos 49
 - 3.2.1. O critério da generalidade 49
 - 3.2.2. O critério do modelo formal do enunciado normativo 50
 - 3.2.3. Princípios como mandados de otimização 52

3.2.4. Distinção quanto ao conflito normativo.....	55
3.2.5. Síntese conclusiva	60
4. Funções dos princípios constitucionais.....	63
4.1. Função sistêmica e interpretativa.....	63
4.2. A função prospectiva e a relevância dos princípios na interpretação evolutiva: o fenômeno da mutação constitucional	63
5. As normas programáticas e sua eficácia jurídica	71
4.1. Breve nota conceitual	71
5.2. A ideia de Constituição dirigente	74
5.3. Uma breve reflexão sobre a eficácia jurídica das normas programáticas (em particular) e das normas constitucionais (em geral)	80
6. A relevância das regras no sistema constitucional.....	85
7. Considerações Conclusivas	90
8. Bibliografia	95

**Algumas Questões sobre Poderes, Instituições, Tecnicidade
e Juridicidade: Relações e Interações com a Constituição..... 107**
Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias	107
2. Os Poderes do Estado e suas relações: uma abordagem inicial e específica a partir do dirigismo constitucional brasileiro.....	108
3. Uma Breve Visão sobre a relação entre Instituições e Juridicidade no Brasil	124
4. Considerações Conclusivas.....	140
5. Bibliografia	141

Parte 2

Direitos Fundamentais

**Direitos de Liberdade, Fundamentalidade e Tecnologia:
Uma Nova Geração ou Dimensão de Direitos Fundamentais? 147**
Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias	147
--------------------------------------	-----

2. Uma análise dos tradicionais direitos de liberdade, sob a égide de sua fundamentalidade	148
3. Liberdades de manifestação de pensamento e de reunião na história constitucional brasileira: análises decorrentes e exames conclusivos destes direitos de liberdade na realidade nacional contemporânea	159
4. A ideia de circularidade virtuosa dos direitos fundamentais e uma proposição classificatória: a condição tecnológica e uma quarta dimensão ou geração	171
5. Considerações Conclusivas	187
6. Bibliografia	188

Nacionalidade e Isonomia na Constituição de 1988 193

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias	193
2. Universo globalizado e nacionalidade.....	194
3. Direitos e a isonomia entre nacionais na Constituição brasileira	201
4. Considerações Conclusivas.....	217
5. Bibliografia	218

Direitos Políticos na Democracia Brasileira 223

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias	223
2. Democracia e Política na Constituição de 1988.....	223
3. Direitos Políticos propriamente ditos: Art. 14 e específicos desdobramentos jurídicos e políticos	237
4. Considerações Conclusivas.....	255
5. Bibliografia	255

Atual Direito Constitucional à Saúde: múltiplas facetas e nuances..... 257

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias	257
2. A Saúde como Liberdade	258

3. Saúde privada e seus desafios.....	272
4. Saúde e Ambiente	293
5. Considerações Conclusivas.....	297
6. Bibliografia	298

Direito à moradia e propriedade na Constituição de 1988 303

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias.....	303
2. A questão da moradia no Brasil	304
3. Propriedade, moradia e fundamentalidade.....	315
4. Considerações Conclusivas.....	323
5. Bibliografia	324

Parte 3

Organização do Estado e dos Poderes

Apontamentos sobre a Federação Brasileira..... 329

José Carlos Vasconcellos dos Reis

1. Considerações Introdutórias.....	329
2. O Status dos Municípios no Estado Brasileiro.....	331
1.1. Um breve histórico.....	331
1.2. A Constituição de 1988.....	334
3. A repartição de competências entre os entes federativos e a política urbana. Alguns princípios constitucionais aplicáveis	339
3.1. O sistema de repartição de competências na Constituição de 1988	339
3.2. A competência em matéria de política urbana: os princípios da predominância do interesse e da subsidiariedade	340
4. O Diálogo das Fontes Normativas na Federação. A Inadequação do Critério Hierárquico para a Solução de Aparentes Conflitos entre Normas Federais, Estaduais e Municipais sobre a Mesma Matéria. O Problema da Competência da União para editar <i>Normas Gerais</i> a Respeito de Diversos Temas	344
5. Bibliografia	349

**O Poder Constituinte do Estado-Membro na
Federação Brasileira: o Problema da Simetria..... 353**

José Carlos Vasconcellos dos Reis

1. Considerações Introdutórias353
2. O Poder Constituinte decorrente: os “princípios” que o limitam357
3. O Conceito de “Princípio da Simetria”359
4. A Vinculação das Entidades Federativas às Normas de Preordenação.....361
5. Simetria Expressa em Princípios Constitucionais
Sensíveis e Princípios Federais Extensíveis 362
6. O Problema da Simetria Implícita 363
- 6.1. A patologia..... 363
- 6.2. O verdadeiro sentido da “simetria implícita” 366
- 6.3. A simetria como consequência da qualificação de uma
norma constitucional como princípio federal extensível:
a inexistência de autossuficiência do “princípio da simetria” 368
7. Considerações Conclusivas374
8. Bibliografia377

Processo Legislativo e Iniciativa Popular no Brasil 379

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias379
2. Federalismo e Legislação no Brasil 380
3. Simetria, Iniciativa Popular e Processo Legislativo Federal brasileiro 389
4. Considerações Conclusivas..... 407
5. Bibliografia 409

Sistema Constitucional das Crises e Estado de Segurança no Brasil 415

Luigi Bonizzato

1. Considerações Introdutórias415
2. Estados de Exceção na Constituição de 1988.....416
3. Liberdades e Estado de Segurança no Brasil.....425

4. Considerações Conclusivas.....	439
5. Bibliografia	440

Parte 4

Constituição e Processo

A Ascensão Normativa da Jurisprudência no Direito Constitucional Brasileiro: Súmula Vinculante e Repercussão Geral no Recurso Extraordinário	445
<i>José Carlos Vasconcellos dos Reis</i>	
1. O problema da interpretação e aplicação das súmulas vinculantes	445
1.1. Generalidades.....	445
1.2. Objeto e fundamento das súmulas vinculantes.....	447
1.3. A súmula vinculante como ato normativo.....	448
1.4. O <i>distinguish</i> : conceito, limites e possibilidades.....	451
2. A repercussão geral no recurso extraordinário: seu conceito e dinâmica..	455
2.1. Fundamentos da introdução da repercussão geral no ordenamento jurídico brasileiro.....	455
2.2. Natureza e função do recurso extraordinário	458
2.3. Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e repercussão geral.....	461
2.4. Conceito de repercussão geral. Importância da Tópica para o tema.....	463
2.5. Os efeitos vinculantes da decisão do STF: o fenômeno de “objetivação” ou “abstrativização” do controle difuso de constitucionalidade	468
3. Considerações Conclusivas	477
4. Bibliografia	479
 Segurança Jurídica e Estabilidade dos Precedentes Judiciais	483
<i>José Carlos Vasconcellos dos Reis</i>	

Parte 5

Constituição e Administração Pública

Políticas Urbanas e Plano Diretor sob a Ògide das Ordens Econômica e Institucional Nacionais	495
<i>Luigi Bonizzato</i>	

1. Considerações Introdutórias	495
2. Ordem Econômica e Políticas Urbanas	496
3. Das Políticas Urbanas para o conceito de Plano Diretor, com seus desdobramentos institucionais	503
4. Do Plano Diretor, suas características e requisitos legais.....	511
5. Considerações Conclusivas	523
6. Bibliografia	524

A Constitucionalização do Direito Administrativo e o Poder-Dever de Autotutela da Administração Pública.....	527
<i>José Carlos Vasconcellos dos Reis</i>	

1. Considerações Introdutórias	527
2. O princípio da legalidade administrativa em sua concepção tradicional e a noção de autotutela administrativa	530
3. O Direito Administrativo no cenário do neoconstitucionalismo	531
4. Legalidade e juridicidade administrativa: a revisão necessária. Uma nova principiologia constitucional da Administração Pública	533
5. Uma análise “constitucionalizada” da autotutela administrativa	536
6. A Administração Pública e a teoria do fato consumado	538
7. Considerações Conclusivas	539
8. Bibliografia	541